

**Prefeitura Municipal de Arcos do Estado de Minas Gerais**

# **ARCOS-MG**

Professor PEB I - Educação Infantil

Edital de Concurso Público Nº 001/2018

**AB050-2018**



## DADOS DA OBRA

**Título da obra:** Prefeitura Municipal de Arcos do Estado de Minas Gerais

**Cargo:** Professor Peb I - Educação Infantil

(Baseado no Edital de Concurso Público Nº 001/2018)

- Português
- Teoria e Prática da Educação
- Conhecimentos Específicos

**Autora**

Ana Maria

**Gestão de Conteúdos**

Emanuela Amaral de Souza

**Diagramação / Editoração Eletrônica**

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

**Produção Editorial**

Suelen Domenica Pereira

Julia Antoneli

Karoline Dourado

**Capa**

Joel Ferreira dos Santos



## SUMÁRIO

### Português

Texto: interpretação de texto (informativo, literário ou jornalístico).....	83
Ortografia: emprego das letras.....	44
Classes gramaticais: reconhecimento e flexão do substantivo, do adjetivo, do pronome e dos verbos regulares.....	07
Sintaxe: reconhecimento dos termos da oração; reconhecimento das orações num período.....	63
Concordância verbal;.....	52
Concordância nominal;.....	52
Colocação de pronomes;.....	74
Ocorrência da crase;.....	71
Regência verbal;.....	58
Regência nominal.....	58
Pontuação: emprego da vírgula; emprego do ponto final.....	50

### Teoria e Prática da Educação

Educação pública e a igualdade de oportunidades educacionais;.....	01
Significado da equidade na escola pública;.....	06
A garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola;.....	07
Programa Bolsa-Família;.....	09
Educação e cidadania: direitos fundamentais e garantias individuais na Constituição Federal de 1988.....	11
A educação pública como instrumento de inclusão social; escola democrática e inclusiva; execução do projeto político-pedagógico; diferentes concepções de planejamento e participação; a escola democrática enquanto agência de formadores de seres humanos.....	14
O trabalhador escolar e o processo educacional; desenvolvimento da aprendizagem; organização curricular; a interdisciplinaridade e a contextualização dos currículos; os processos de avaliação da aprendizagem.....	45
Autonomia da escola pública e a gestão democrática; colegiados escolares e a participação da comunidade na vida escolar.....	76
Compromisso da educação pública com a sociedade.....	81
As relações da escola com a família.....	83
A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - Lei n.º9394 de 20 de dezembro de 1996 (atualizada); análise do seu significado para a educação brasileira; parâmetros curriculares nacionais (ensino fundamental e ensino médio).....	86

### Conhecimentos Específicos

<b>PROFESSOR PEB I - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
Desenvolvimento da criança;.....	01
Importância da arte e brincadeiras na Educação Infantil;.....	09
Higiene e limpeza de crianças em creches;.....	16
Prevenção de acidentes;.....	22
O papel do profissional da educação;.....	29
Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar; dimensões humanas;.....	30
A criança como sujeito de direito;.....	32
As instituições de educação infantil como espaço de conhecimento e produção das culturas infantis;.....	42
A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico;.....	44
Desenvolvimento Infantil. Fases de desenvolvimento da criança;.....	51
Psicologia do desenvolvimento humano (fases, fatores que influem no desenvolvimento, linguagem, pensamento, segundo Piaget, Vygostky, Freud);.....	51
Tendências Pedagógicas.....	63
LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990).....	72
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.....	126
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	142
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - apresentação dos temas transversais e ética.....	202



## LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103





Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

**Quanto ao timbre**, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

## 2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

## 3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

### Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

## 1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

## 2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

## 3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

### Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

### Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

## TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Educação pública e a igualdade de oportunidades educacionais; .....	01
Significado da equidade na escola pública; .....	06
A garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola; .....	07
Programa Bolsa-Família; .....	09
Educação e cidadania: direitos fundamentais e garantias individuais na Constituição Federal de 1988. ....	11
A educação pública como instrumento de inclusão social; escola democrática e inclusiva; execução do projeto político-pedagógico; diferentes concepções de planejamento e participação; a escola democrática enquanto agência de formadores de seres humanos. ....	14
O trabalhador escolar e o processo educacional; desenvolvimento da aprendizagem; organização curricular; a interdisciplinaridade e a contextualização dos currículos; os processos de avaliação da aprendizagem. ....	45
Autonomia da escola pública e a gestão democrática; colegiados escolares e a participação da comunidade na vida escolar. ....	76
Compromisso da educação pública com a sociedade. ....	81
As relações da escola com a família. ....	83
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º9394 de 20 de dezembro de 1996 (atualizada); análise do seu significado para a educação brasileira; parâmetros curriculares nacionais (ensino fundamental e ensino médio). ....	86



### EDUCAÇÃO PÚBLICA E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS;

#### DESENVOLVIMENTO COM IGUALDADE SOCIAL: DE QUÊ ESTAMOS FALANDO?

Para ampliar a compreensão a respeito da temática focalizada neste texto – educação e desenvolvimento com igualdade social –, é necessário, inicialmente, alertar o leitor sobre a existência de perspectivas diversas sobre o que seja desenvolvimento. Com efeito, existem óticas diferenciadas a respeito desse tema decorrente de posicionamentos político ideológicos diversos. Isso também ocorre quando o debate focaliza a temática do desenvolvimento local sustentável. Dentre estudiosos do tema, Deluiz e Novicki apontam para três concepções de desenvolvimento sustentável.

Uma primeira concepção de desenvolvimento sustentável pode ser encontrada no Relatório Brundtland, de 1987, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Neste relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, ou seja, aquele que “garante um crescimento econômico vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável”. Esta concepção de desenvolvimento sustentável tem como princípio norteador o crescimento econômico e a eficiência na lógica do mercado. Nessa concepção, o livre mercado é o instrumento que permite a distribuição eficiente dos recursos planetários e, neste sentido, a relação trabalho e meio ambiente está subordinada ao capital, com sérias consequências para o mundo do trabalho e para os recursos naturais.

Uma segunda concepção de desenvolvimento sustentável entende que a sustentabilidade seria alcançada, por um lado, com a preservação e construção de comunidades sustentáveis “que desenvolvem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência” e, por outro lado, com o fortalecimento dos Estados nacionais, que poderiam implementar políticas em oposição aos objetivos do livre comércio e à erosão das fronteiras nacionais. Esta concepção, como observam os citados autores, muito embora seja portadora de uma crítica ao capitalismo globalizado e seus impactos sobre a autonomia dos Estados nacionais, propõe uma volta ao passado e o homem é visto em posição de subserviência em relação à natureza.

Por fim, uma terceira concepção de desenvolvimento sustentável tem como perspectiva a “sustentabilidade democrática”. Tal concepção supõe uma mudança na orientação do desenvolvimento econômico, contemplando a justiça social, a superação da desigualdade socioeconômica e os processos democráticos. A questão da sustentabilidade é discutida no campo das relações sociais e há o entendimento de que “as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são construções sociais fruto do embate político entre os vários atores em busca de

hegemonia de suas posições”. Nesta perspectiva, o mercado e a visão economicista deixam de ter a centralidade e cedem lugar “a uma perspectiva de desenvolvimento democrático, que se realiza na partição da riqueza social e na distribuição do controle sobre os recursos, inclusive os provenientes da natureza, explicitando o cunho político desta apropriação”. Em tal concepção de desenvolvimento, que tem “a equidade como princípio da sustentabilidade”, fica claro que a desigualdade social e a degradação ambiental têm suas raízes no sistema capitalista.

Considerando esta última visão, entende-se, neste texto, que a consolidação de um projeto de desenvolvimento no Brasil requer: a) a articulação entre democracia participativa e democracia representativa; b) a inclusão social nos processos concernentes à ampliação das oportunidades produtivas e à melhoria da qualidade de vida; e c) a articulação institucional entre os entes e as diversas instâncias da Federação que seja expressa nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Esta posição apoia-se, de um lado, no pressuposto de que o desenvolvimento se situa num campo de conflitos de interesse de grupos e classes sociais e, portanto, não é um fenômeno ou processo neutro; e, de outro lado, que o desenvolvimento, por não se constituir em um fenômeno padronizado, é uma possibilidade aberta de construção de novas regras e práticas institucionais, a partir do envolvimento de múltiplos atores sociais. Essa compreensão está subjacente aos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento local sustentável, termos que aparecem constantemente na mídia, nos discursos e nos programas e projetos de desenvolvimento. São termos igualmente polissêmicos, ou seja, termos que têm muitas significações e que geram múltiplas interpretações.

Nessa concepção de desenvolvimento local é atribuído ao indivíduo, na sua inter-relação com a sociedade local, o protagonismo no desencadeamento de ações que visam à mudança. Esse assumir de responsabilidade é considerada como uma das formas de garantir a sua sustentabilidade, o que implica uma mudança de postura e de comportamento do indivíduo em sua relação com o contexto social e da comunidade na qual está inserido. Têm sido várias as iniciativas oficiais e de instituições da sociedade civil que visam estimular as comunidades a assumirem um papel central na história de construção de seu território. Isso tem sido feito mediante o investimento em situações que propiciem a formação da consciência crítica e induzam a ampliação da democracia representativa no sentido da ampliação da democracia participativa.

Contudo, essas situações somente são viabilizadas quando há o reconhecimento de parte das comunidades envolvidas que não se trata de uma questão a ser conduzida de forma individual, mas na ação coletiva, abrangendo as dimensões social política, econômica e cultural. Isso implica o reconhecimento da necessidade de investimento em processos formativos que favoreçam o domínio de conhecimentos para alargar a compreensão dos processos históricos sociais e ampliar a capacidade de intervenção na sociedade tendo em vista a construção da justiça e igualdade social.

Essa é, sem dúvida, uma das razões da centralidade da educação para as estratégias de desenvolvimento defendida por diversos grupos no mundo, ao lado daqueles que consideram a importância da educação seja em função das exigências decorrentes das mudanças científico-tecnológicas que ocorrem no mundo da produção e do trabalho, seja em função de novas condições que as sociedades cada vez mais complexas impõem à efetivação da cidadania.

Dessa forma, espera-se da educação e da escola que, além do cumprimento das funções sociais e pedagógicas que lhes são próprias, sejam indutoras de novas formas de sociabilidade humana que influenciem o padrão de desenvolvimento e democracia.

Há autores que advogam uma articulação estreita entre a ação pedagógica e o desenvolvimento, daí decorrendo uma agenda a ser cumprida pela escola. Nessa visão, a escola teria um papel central a desempenhar no projeto de desenvolvimento. Todavia, muito embora seja uma variável importante num projeto de desenvolvimento o envolvimento da escola com a comunidade, é necessário ter cautela nessa questão para evitar que a finalidade última da escola – a aprendizagem dos estudantes e a sua formação como cidadãos –, seja subordinada aos objetivos de projetos econômicos. Defende-se a tese de que quanto mais cumpre sua função social mais a escola contribui para a formação de homens e cidadãos íntegros, críticos e participativos. Dessa forma, a inserção da escola na comunidade orienta-se por objetivos pedagógicos e valores da cidadania.

Com essa perspectiva, abordaremos, neste tópico, aspectos importantes da escola pública, considerando o contexto sócio-político-econômico e os processos de globalização em curso no mundo e no Brasil, com seus desdobramentos no plano educacional. Para tanto, procuramos refletir sobre os limites e as potencialidades de a escola pública exercer sua função na realidade brasileira, mediante o levantamento de indicadores que sinalizam, de um lado, para a continuidade do padrão excludente e seletivo vigente na sociedade e, de outro lado, para as mudanças positivas que estão ocorrendo em muitas esferas.

Vale a pena, contudo, enfatizar que debater a responsabilidade da escola quanto à inclusão social significa, no fundo, discutir a possibilidade de uma nova organização societal capaz de garantir a plena cidadania de todos os segmentos que a integram. Assim, quando se faz referência à possibilidade de a escola, no Brasil, contribuir efetivamente para o combate à exclusão social não se pode deixar de levar em conta que tal situação só será modificada quando questões de ordem social, política e econômica forem equacionadas. Nessa direção, um passo importante será dado quando os governos, numa ação de colaboração entre os entes federados, forem efetivamente capazes de estabelecerem políticas globais que favoreçam a inclusão.

Muito embora o Brasil, nas últimas décadas, tenha avançado no tocante à garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, há certamente um longo caminho a percorrer para que sua aplicabilidade seja universal. É importante reconhecer o fosso que existe entre aqueles que gozam plenamente dos direitos de cidadania e aqueles que não desfrutam das mínimas condições de sobrevivência. E esses cidadãos, que constituem um grande contingente da população brasileira, estão a clamar por justiça social e igualdade de oportunidades em todos os campos.

Para diminuir essa distância, é necessário que o poder público, nas diversas instâncias, desenvolva políticas públicas em todos os campos, de modo a garantir a efetivação desses direitos, e que a população, mediante ação dos setores organizados, participe ativamente da formulação e implementação das políticas que tenham a igualdade como cerne. Nesse processo, vale destacar, a educação é portadora de uma promessa fundamental: contribuir para dotar a sociedade de mecanismos e instrumentos que possibilitem acessar e cobrar legitimamente os direitos da cidadania, os quais, no Brasil, estão inscritos na Constituição Federal.

O retrato da escola no Brasil revela com muita nitidez a existência desse enorme fosso social e as estatísticas mostram em que medida a desigualdade tem decrescido no país. O conhecimento desses dados e a discussão contextualizada sobre os mesmos constituem requisitos importantes para a construção solidária de caminhos que permitam à escola cumprir a sua função social em favor da formação cidadã.

### AS POLÍTICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CENÁRIO DE DESIGUALDADES

Considerando informações que nos permitem ter mais clareza sobre diversos aspectos da educação no contexto mundial, vamos analisar de modo sucinto o que tem sido feito pelo poder público nesta área, no Brasil. Um dos caminhos para efetivar tal análise é considerar o que reza a Constituição Federal de 1988 sobre a educação. A educação é definida no artigo 205, transcrito a seguir, como um direito de todos e um dever do Estado: ***A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.***

Isso significa que todo cidadão tem direito ao acesso, à permanência e de ser bem-sucedido na educação escolar básica. A responsabilidade de assegurar este direito é, sobretudo, do Estado e, por conseguinte, dos governos nas três esferas jurídico-administrativas: União, estados e municípios. Sem dúvida, a ação do Estado, com a colaboração da família e da sociedade, é imprescindível neste campo, principalmente em um país que apresenta um quadro de desigualdades sociais como o Brasil, produzidas que são no âmbito do capitalismo mundial.

O Estado intervém no campo educacional mediante um conjunto de políticas públicas que são formuladas e desenvolvidas nessas três instâncias, muitas vezes com a participação da sociedade civil (comunidades, entidades não-governamentais, sindicatos, entre outros) e que são traduzidas em programas, projetos e ações, sejam de abrangência nacional, estadual ou municipal.

A Constituição Federal atribui ao Estado a obrigatoriedade de garantir os direitos econômicos, sociais e culturais para todos os brasileiros. Isso significa que a Constituição brasileira incorpora a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos que se expressam na garantia dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Professor Peb I - Educação Infantil

Desenvolvimento da criança; .....	01
Importância da arte e brincadeiras na Educação Infantil; .....	09
Higiene e limpeza de crianças em creches; .....	16
Prevenção de acidentes; .....	22
O papel do profissional da educação; .....	29
Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar; dimensões humanas; .....	30
A criança como sujeito de direito; .....	32
As instituições de educação infantil como espaço de conhecimento e produção das culturas infantis; .....	42
A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico; .....	44
Desenvolvimento Infantil. Fases de desenvolvimento da criança; .....	51
Psicologia do desenvolvimento humano (fases, fatores que influem no desenvolvimento, linguagem, pensamento, segundo Piaget, Vygostky, Freud); .....	51
Tendências Pedagógicas. ....	63
LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). .....	72
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. ....	126
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. ....	142
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - apresentação dos temas transversais e ética. ....	202



**DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA;**

**A primeira infância**

Para compreender melhor o bebê como indivíduo em desenvolvimento, participante e ativo, torna-se importante retomar algumas críticas de Winnicott:

Algumas pessoas parecem considerar uma criança como o barro saído das mãos de um oleiro. Começam a modelar a criança e sentem-se responsáveis pela obra acabada. Isso é um grande erro. (...) Se você aceitar essa ideia de um bebê em marcha, estará então livre para se interessar bastante pela observação do que acontece no desenvolvimento do bebê, enquanto desfruta o prazer de reagir às suas necessidades (Winnicott).

Na fase que vai da concepção até o nascimento tem-se o período pré-natal. A etapa seguinte na vida da criança constitui-se na chamada primeira infância, que vai do nascimento até os três anos de idade.

Notoriamente essas duas fases caracterizam-se pela diversidade e riqueza no desenvolvimento, em todos os seus níveis (biopsicossocial).

Para Brazelton e Greenspan "os primeiros anos são ao mesmo tempo o período mais crítico e mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança". As necessidades essenciais na infância para que se verifique um desenvolvimento saudável, segundo estes últimos autores, estão relacionadas, principalmente, às condições de interações emocionais seguras, em um ambiente que proporcione proteção física e situações de ampliação de suas experiências.

Segundo Piaget, o "período que vai do nascimento até a aquisição da linguagem é marcado por extraordinário desenvolvimento mental". Para este estudioso da cognição, essa etapa da vida da criança representa a conquista, por meio da percepção e dos movimentos, de todo o "universo prático" na qual está inserida. Aliás, uma característica marcante nos três primeiros anos é a passagem dos reflexos ou mecanismos hereditários e das sensações para as ações conforme a vontade, a organização do pensamento e a socialização.

Neste sentido, ainda Piaget, observou que a criança passa de um nível de conhecimento para outro, por meio de sucessivas experiências. Uma a uma, as ações irão possibilitando mais aquisições e novas formas de organizar internamente o que já foi experimentado.

No campo da neuropsicologia, o desenvolvimento na primeira infância é marcado por grande crescimento neurológico, em termos estruturais. Por conseguinte, segundo (Lefèvre), "a criança possui um sistema nervoso em evolução. (...) Os processos de aprendizado vão depender das ligações entre as células nervosas (...)".

Segundo Miranda e Muszkat as funções neuropsicológicas se desenvolvem na dependência de diversos fatores. Dessa maneira, o desenvolvimento neuropsicológico se processa em uma interação contínua e dinâmica entre as

experiências sociais e as ambientais. Para estes autores, as experiências afetivas iniciais tem influência no desenvolvimento neurológico futuro.

Eles lembram que diferentes ambientes culturais propiciam diferentes padrões e habilidades cognitivas, por exemplo. Porém, existem outros fatores de relevância para o desempenho cognitivo da criança e que tem grande importância na primeira infância, tais como: condições nutricionais, quantidade e qualidade de estimulação, riscos perinatais, acesso a cuidados médicos, estilos de interação familiar e social, entre outros. Todos estes elementos "se manifestam não só na integridade do sistema nervoso central como também no desempenho neuropsicológico" (Miranda e Muszkat).

É essencial destacar que o cérebro não funciona como uma variável independente que dita ou controla o comportamento, mas ele é parte de um conjunto de elementos que propiciam o desenvolvimento infantil.

Logo, "interações sustentadoras, afetuosas, com bebês e crianças pequenas, por outro lado, ajudam o sistema nervoso central a crescer adequadamente" (Brazelton e Greenspan).

Papalia, Olds e Feldman destacam que o desenvolvimento nesses primeiros anos é marcado pelo crescimento físico e o das habilidades de forma mais acelerada do que quando comparado a outras etapas do ciclo vital; também, desenvolvem-se a capacidade de utilizar símbolos e a de resolver problemas, bem como o uso da linguagem e a compreensão da mesma, juntamente desenvolve-se o apego ao cuidador. Também nos primeiros anos de vida é que o bebê irá constituir sua representação de mundo e de si mesmo, conforme é evidenciado adiante no corpo deste trabalho. Portanto, é preciso compreender que o desenvolvimento da criança com idade entre zero e três anos se verifica de modo multidirecional e multidimensional (Papalia, Olds e Feldman). O desenvolvimento se dará de forma contínua, no entanto, os primeiros anos são fundamentais para seu futuro como ser humano saudável.

*Riscos para o desenvolvimento*

Como ser social o bebê traz consigo uma determinada história. Nesta "bagagem", pode haver fatores que interferem ou que futuramente poderão interferir negativamente em seu desenvolver, pontos aqui denominados como fatores de risco.

Conforme Halpern et. al. apontam, são diversos os fatores de risco que rondam as crianças. Situações como gestações desfavoráveis (com dificuldades nutricionais, sem acompanhamento médico adequado, por exemplo) ou incompletas, doenças e um padrão sócio-econômico baixo podem sugerir condições extremas de vida e dessa forma, podem implicar em maiores chances de apresentar atrasos no potencial de crescimento e desenvolvimento da criança. Estes autores enumeram alternativas para atender crianças com estas possibilidades de riscos. Seriam:

- a) visita domiciliar (para orientar a família);
- b) treinamento dos profissionais que trabalham com crianças (educadores e professores); e
- c) envolvimento da mídia.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Professor Peb I - Educação Infantil

As pesquisadoras Silva e Dessen ressaltam que os fatores de risco no desenvolvimento, em sua maioria, não são encontrados de forma isolada uns dos outros. Para ilustrar melhor esse conceito as autoras trazem a seguinte reflexão:

A criança que sofre um tipo de maltrato está também exposta a outros tipos, os quais podem ocorrer durante todo o período de sua infância. Os efeitos provocados por eles dependem do estágio de desenvolvimento da criança, bem como da vulnerabilidade desta e de sua família e de fatores sócio ecológicos. Dentre os efeitos apontados, destacamos os atrasos no desenvolvimento e na afetividade das crianças, que se mostram socialmente passivas e emocionalmente insensíveis, deprimidas, ambivalentes, com labilidade afetiva, além de irritadiças, com limitada tolerância à frustração, considerável raiva e altos níveis de atividade (Silva e Dessen).

Já Rodrigues afirma que as ações preventivas de atrasos ou distúrbios de desenvolvimento podem ser divididas em três. A primeira ação, chamada de prevenção primária objetiva reduzir ou eliminar condições ambientais que possam produzir riscos para a concepção de bebês com dificuldades em seu desenvolvimento: programas de saúde, educação, trabalho e moradia para a população mais vulnerável; bem como estabelecer estratégias de controle da qualidade do meio ambiente (controle de poluição, radiações, contaminações, etc.).

A segunda ação (prevenção secundária), de acordo com a autora, é aquela que visa minimizar a severidade ou a duração do que foi diagnosticado precocemente. Nesta segunda ação é feito o encaminhamento para serviços especializados. E, em terceira instância (prevenção terciária), busca-se diminuir os efeitos dos distúrbios já instalados, buscando qualidade de vida.

Lembram Halpern et. al. que quanto mais precoce for o diagnóstico de atraso no desenvolvimento e mais rápido o início da intervenção, menor será o impacto desses problemas na vida futura da criança.

Rodrigues afirma que após o diagnóstico e a partir de avaliações periódicas no desenvolvimento, a criança pode passar por um programa de atendimento que a auxilie. Este programa é denominado de estimulação precoce ou essencial e pode, segundo a autora, ser realizado por pais, profissionais, cuidadores ou mesmo crecheiras. Porém, ela ressalta que os programas de estimulação precoce trazem em si o estigma de servirem apenas para crianças deficientes (com síndromes, más formações, problemas mais visíveis), fato que dificultaria o acesso para outras populações.

Ao realizar pesquisa sobre desenvolvimento mental e motor de crianças em creches da rede pública de Recife, Maciel considerou que o desenvolvimento encontrado era insatisfatório e sugere em sua conclusão a inserção de um programa de estimulação psicossocial, que poderia ser realizado pelos educadores infantis, a fim de trazer contribuições para o desenvolvimento infantil. Também esta pesquisadora percebeu que os fatores biológicos, relacionados com sua constituição orgânica, mostraram-se como forte determinantes do desenvolvimento, fundamentalmente nas crianças muito comprometidas. Já para as crianças com atrasos leves a moderados, o fator que mais exercia influência em seu desenvolvimento era o de caráter ambiental.

Albadejo e Hurtado ressaltam a importância do desenvolvimento do atendimento em Atenção Primária (AT) que tem como objetivo proporcionar para a criança meios e condições adequadas para que seu desenvolvimento se verifique sem transtornos, tornando-se um recurso de prevenção. Seu diagnóstico conta com três polos: pais, educadores e outros profissionais.

A AT constitui-se em conjunto de ações orientadas para as crianças com idade entre zero e seis anos e envolve sua família e o ambiente em que estão inseridas. Isso porque a primeira infância é vista como etapa crucial para o desenvolvimento: nesta etapa é que se constroem o psiquismo e o pensamento, bem como a socialização e a identidade formam suas bases (Andrés).

Este atendimento não constitui-se exclusivamente para a criança deficiente ou nascida prematuramente. Segundo Caro, ele é importante também para todos, inclusive para aquela vítima de "abandono relativo". As condições de "abandono relativo" são aquelas situações ocasionadas pelas ocupações dos pais, do pouco cuidado, descaso ou ainda causadas pelo impacto de um cuidado mal estruturado, com poucos estímulos – situações que podem ocasionar reflexos significativos no desenvolvimento mental e emocional da criança (Caro).

A Atenção Primária possibilita pensar a função do educador e o direito da criança de ter um atendimento de qualidade desde tenra idade, tornando o trabalho com o público infantil, também preventivo, promotor de desenvolvimento.

### ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Apresentar a teoria de Piaget num texto introdutório é tarefa especialmente difícil. A complexidade desta abordagem teórica, diretamente relacionada à riqueza da produção piagetiana e à natureza do temário abordado pelas pesquisas e reflexões desse autor, apontam a necessidade de explicar ao leitor alguns aspectos mais gerais de suas ideias, remetendo-o posteriormente aos textos originais. Ao lado de Freud, o trabalho de Piaget representa hoje o que de mais importante se produziu no século XX no campo da Psicologia do desenvolvimento infantil, embora, a rigor, Piaget não possa ser qualificado como psicólogo do desenvolvimento.

Neste texto dar-se-á ênfase especial à descrição e caracterização dos estágios no desenvolvimento intelectual, uma vez que a sua identificação no comportamento da criança pode orientar o educador no planejamento e oferecimento de estímulos ambientais a esse desenvolvimento.

Um primeiro aspecto geral que merece ser explicitado refere-se à concepção de conhecimento proposta por Piaget. Um dos pontos fundamentais desta concepção diz respeito ao sentido atribuído por Piaget à palavra "conhecer": organizar, estruturar e explicar o mundo em que vivemos — incluindo o meio físico, as ideias, os valores, as relações humanas, a cultura de um modo mais amplo — a partir do vivido ou experienciado. Se, para Piaget, o conhecimento se produz a partir da ação do sujeito sobre o meio em que